

O poder da palavra e implícitos conversacionais no discurso político de Pieter W. Botha

Agostinho Adão Aurélio *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0009-4031-7954>

RESUMO

O presente artigo reflete sobre o poder da palavra, tendo em conta as implicaturas conversacionais e visa analisar os efeitos pragmáticos e retóricos da linguagem utilizada por Pieter W. Botha no seu discurso de 1985, considerando os implícitos conversacionais, com o intuito de compreender como esses recursos linguísticos contribuíram para a sustentação ideológica do apartheid e para a perpetuação de um regime baseado na exclusão e no silenciamento do outro, bem como identificar os tipos de implícitos conversacionais presentes no discurso no seu discurso. O trabalho adotou a perspectiva de Grice (1975). A escolha desse discurso resulta do facto de que, apesar de o mesmo ter mais de 30 anos ainda é atual, na medida em que as estratégias discursivas usadas na época, ainda hoje fazem ecos nos discursos políticos. Por ser de natureza descritiva e interpretativa, o trabalho adotou uma metodologia baseada em consulta bibliográfica, recorrendo as principais obras que abordam sobre o tema. Os dados analisados foram constituídos a partir do discurso de 1985 de Botha. A análise foi feita mediante trechos de falas retirados no referido discurso. a seleção baseou-se no objetivo do estudo. Análise revelou que a linguagem desempenhou um papel central na sustentação ideológica do regime do apartheid. Por meio de implicaturas conversacionais, insinuações, ironia, eufemismos e omissões estratégicas, Botha construiu enunciados que ocultavam a violência institucional, ao mesmo tempo em que legitimavam a repressão e a exclusão racial. A análise permitiu também verificar a violação sistemática das máximas conversacionais, ao recorrer a metáfora, a ironia, a insinuação. Contudo, pode dizer-se a perspectiva de análise adotada permitiu fazer generalizações ao discurso selecionado, denotando que o mesmo é ideologicamente carregado.

PALAVRAS-CHAVE

Análise; Discurso; inferência; implicaturas conversacionais.

ABSTRACT

This article reflects on the power of the word, taking into account conversational implicatures, and aims to analyse the pragmatic and rhetorical effects of the language used by Pieter W. Botha in his 1985 speech, considering conversational implicatures, in order to understand how these linguistic resources contributed to the ideological support of apartheid and to the perpetuation of a regime based on the exclusion and silencing of the other, as well as to identify the types of conversational implicatures present in his speech. The work adopted the perspective of Grice (1975). This discourse was chosen because, although it is more than 30 years old, it is still relevant today, as the discursive strategies used at the time are still echoed today in political discourses. As it is descriptive and interpretative in nature, the work adopted a methodology based on bibliographical consultation, using the main works on the subject. The data analysed was based on Botha's 1985 speech. It was analysed using excerpts from the speech. The selection was based on the objective of the study. Analysis revealed that language played a central role

* E-mail: adao88@outlook.pt

in the ideological support of the apartheid regime. Through conversational implicatures, insinuations, irony, euphemisms and strategic omissions, Botha constructed statements that concealed institutional violence while legitimising repression and racial exclusion. The analysis also made it possible to verify the systematic violation of conversational maxims, by resorting to metaphor, irony and innuendo. However, it can be said that the analysis perspective adopted allowed generalizations to be made about the selected discourse, showing that it is ideologically charged.

KEYWORDS

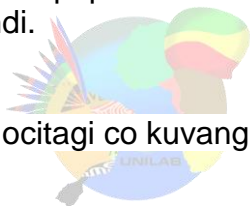
Discourse analysis; inference; conversational implicatures.

ONIMBU

Upangue ulo uvanjilia oku sokolola o moko yo ndaka, kueda embindianga ukuakuta, oku hangula o chisililo ca Grice (1975), oco, oku lekisa domo upague ya liguiya, wo ku sokolola o kua ku vangula ukuoloño wumbiali oyo wua kala ocimañho. Oco tuakuata deci ociluke co pangue, eakapiwamo kuo ku vangula ukuoloño wumbiali **Pieter W. Botha**, utunduasimbu ya tete ukuacikele kuenda usogui wohogele yo ko Àfrica do Sul ko tembo yo Apartheid, wua kenomaha ko 1985. Upangue ulo ukuete eliangiliyo lianolinnya lio ku kulihisa alivulo, kuenda o kumbulula elilonguiso, oku vanjilia eci caliyepa. Oku teta onimbu to telã o ku popia okuti kua ku vangula ukuoloño wumbiali ya nolinwa, tua limbuka okuti kuli asendeleke. Cilomboloka okuti o kua ku vangula ukuoloño wumbiali catinla oku litiamisa kueci a vangula. Nongue yaco, tua limbuka okuti kuli enyoleho lio kuakutana, oku lupukila asendeleke. Konepa yaco tu telã okupopia okuti ihandeleka via sokihiya la Grice via pondola oku linga ovisokasoka ukundi.

O SAPI YO LONDAKA

Ovisokasoka; ohundo; oku loñolola; ocitagi co kuvangula.



1. Introdução

O discurso político, por si só, se constitui um espaço de competição simbólica, por excelência, onde a linguagem é utilizada, não apenas, como meio de comunicação, mas especialmente como instrumento de construção de realidades sociais e de validação de poder; através da organização de argumentos, da escolha lexical e de estratégias discursivas implícitas. Neste sentido, os líderes políticos e não só procuram através do discurso influenciar as percepções da sociedade, moldar opiniões e sustentar ideologias, mobilizando recursos linguísticos, com realce para os implícitos conversacionais (Grice, 1975). Embora não expressos de forma explícita, exercem um papel determinante na orientação da interpretação e posicionamento dos alocutários, sobre o que se enuncia.

O século XX, particularmente na África do Sul, ficou marcado pelo regime do apartheid, que governava o território, o qual estabeleceu-se como um dos sistemas políticos mais excludentes e violentos da história recente, tendo como principal figura, para a manutenção do regime, Pieter Willem Botha, enquanto presidente da África do Sul entre 1984 e 1989. Ficou conhecido não só pela sua atuação política, mas também pela

sua retórica argumentativa, marcadamente autoritária. Os seus discursos são exemplos no uso da linguagem como meio de sustentar uma ideologia de segregação racial, utilizando implícitos entre figuras de linguagem, bem como omissões estratégicas para reforçar posições de poder e silenciar vozes discordantes.

O presente estudo revela-se relevante por destacar a relação tridimensional entre linguagem, poder e ideologia, elementos fulcrais para a constituição dos discursos políticos, (cf. Van Dijk, 2003). Compreender o funcionamento dos implícitos conversacionais em enunciados de forte carga ideológica, como os de Pieter W. Botha, pode ajudar a identificar estratégias discursivas recorrentes, ainda hoje, em discursos de regimes autoritários e compreender como tais estratégias são mobilizadas para naturalizar discursos de exclusão ou populistas. Nesta perspectiva, a análise proposta contribuirá no campo da pragmática linguística, assim como no campo da sociolinguística interacional, sobretudo, no tocante à teoria das implicaturas conversacionais, ao aplicá-las a um corpus com uma carga discursiva política. Espera-se, entretanto, que o presente estudo contribua para a formação e elevação de uma postura reflexiva e crítica da sociedade, diante dos discursos políticos contemporâneos, que frequentemente recorrem a implícitos para sustentar posições ideológicas sem se exporem diretamente ao contraditório.

Considerando a perspectiva da pragmática linguística e, tendo por base a teoria das implicaturas conversacionais proposta por (Grice, 1975), este artigo busca analisar como os implícitos são utilizados nos discursos de Botha, com realce ao discurso de 1985, o qual serve de *corpus* para a análise no presente artigo, para influenciar o público e justificar a sua política, marcadamente de exclusão.

Neste sentido, o presente trabalho convida o leitor a explorar como os implícitos conversacionais, desde diálogos informais e íntimos, aos discursos mais formais e públicos, influenciam no comportamento social, na medida em que a palavra pode se tornar tanto uma ferramenta forte de conexão, quanto de manipulação.

Todavia, o tema deste trabalho faz-nos lembrar a narrativa “*As 1001 noites*”, de Antoine Galland (1646), tradução de Alberto Diniz (2017), em que a personagem Sheherazade salva todas as meninas virgens da morte, usando a sua capacidade intelectual e narrativa para fazer o Sultão mudar a lei cruel, que sacrificava (matava) as mulheres virgens, por meio da palavra. Faz-nos lembrar também a história da criação do universo. De acordo com a Bíblia Sagrada, o mundo foi criado por meio da palavra. Um exemplo disso encontra-se no livro de Géneses, onde se lê: “*Disse Deus: haja luz. E houve*

luz...”, (itálico nosso). Como se pode notar, não se trata de uma mera afirmação, mas de uma ordem criativa e direta, a partir do qual se pode inferir que Deus não precisou de exercer qualquer força física para criar o universo. Porém, esse entendimento depende da capacidade interpretativa do alocutário. Ou seja, é necessário que este faça inferência para que chegue ao entendimento que o locutor quer transmitir, pois nem sempre este deixa explícita a sua intenção comunicativa. Entretanto, ao dizer “haja luz” e houve luz, implica que Deus tem poder criador absoluto, apesar disso não ser explicitamente dito. Este enunciado é um excelente exemplo de como a linguagem performativa relaciona-se com os princípios da comunicação eficaz.

Numa outra perspectiva, poder-se-ia inferir que antes da ordem implícita no enunciado, não havia luz, portanto havia escuridão. Como afirma Duarte (s/d):

O falante comunica quase sempre mais do que aquilo que diz e, às vezes, comunica diferente daquilo que diz. Os conteúdos do dito podem, pois, ser explícitos, realmente ditos, ou implícitos. Todos os falantes de uma língua têm, em maior ou menor grau, uma competência para ler nas entrelinhas, para decodificar implícitos, entender metáforas, fazer inferências, perceber subentendidos, compreender ironias. Pelo seu lado, o locutor controla as inferências que ficam ao dispor do alocutário.

(Duarte s/d)

Este trabalho enquadra-se na pragmática linguística que destaca, por um lado, a inter-relação entre a linguagem, ideologia e poder e na sociolinguística Interacional que destaca, por outro lado, a relação entre a linguagem e a sociedade, i.e., investiga como as pessoas usam a linguagem para atingir os seus objetivos, bem como para criar e negociar suas identidades sociais (cf. Gumperz, 1982). Deste modo, este estudo, como foi já referido, reforça a importância de uma leitura crítica da linguagem política e destaca a necessidade de se compreender os discursos, fundamentalmente políticos, não apenas como formas de expressão, mas também como instrumentos de ação e/ou coação social, com efeitos materiais e simbólicos concretos. A linguagem, está longe de ser neutra, é, entretanto, um dos principais meios pelos quais o poder se exerce e se perpetua.

Por ser fundamentalmente argumentativo e controverso, o discurso de Pieter W. Botha tornou-se por isso elegível para a análise que se pretende. O trabalho tem como objetivo central analisar os efeitos pragmáticos e retóricos da linguagem utilizada por Pieter W. Botha no seu discurso de 1985, com foco nos implícitos conversacionais e nas estratégias do seu poder discursivo, com o intuito de compreender como esses recursos linguísticos contribuíram para a sustentação ideológica do apartheid e para a perpetuação de um regime baseado na exclusão e no silenciamento do outro. Procura também

identificar os tipos de implícitos conversacionais presentes no mesmo discurso e compreender o papel do não dito na construção da sua imagem política. A pesquisa busca ainda perceber os usos da linguagem enquanto prática social e política, com implicações diretas na construção das realidades históricas e sociais.

Estruturalmente, o trabalho apresenta cinco secções. A primeira corresponde a parte introdutória, onde apresenta-se sumariamente o plano e os objetivos do estudo, a perspectiva de análise e o modelo teórico adotado. Apresenta-se igualmente a justificativa do estudo bem como a sua relevância. Na segunda secção faz-se uma reflexão teórica dos principais autores que se debruçam acerca do tema. A terceira secção debruça-se sobre a perspectiva metodológica e de análise dos dados adotada. A quarta secção reflete sobre os dados, tendo em conta a análise proposta e a quinta e última secção traz, em linhas gerais, as principais notas conclusivas e as referências bibliográficas que suportaram o trabalho.

2. Reflexões teóricas

A tarefa de analisar um discurso começa necessariamente com um texto, não obstante ser o objeto de estudo da Linguística Textual, que o toma como uma unidade linguística básica, (Barbeiro, 2017, p. 13). Aliás, segundo a escola francesa, (Borge *et. al.*, 2021, p. 73), a seleção do *corpus* de análise constitui o primeiro passo. Neste sentido, o texto constitui o produto bruto para qualquer análise que se quer discursiva.

De acordo com a literatura, os estudos sobre discurso começam com os formalistas russos, que ao trabalhar com o texto buscavam uma lógica de encadeamento transfrásico, (Brandão, 2004, p. 13). Entretanto, só a partir da década de 50 passou a “categoria” de disciplina, tendo em (Harris, 1952), Jacobson e Benveniste como seus precursores. (cf. Brandão, 2004). Recentemente, essa área do conhecimento passou a ser reconhecida como área da Linguística e da Comunicação, especializada em construções discursivas, (Barbeiro, 2017, p. 11). Pode dizer-se que a partir de Harris, Jacobson e Benveniste, surgem duas perspectivas de olhar para a teoria da Análise do Discurso: uma perspectiva americana, que incluía a Análise do Discurso no domínio da linguística, que considerava a Análise do Discurso como uma extensão da linguística. Do outro lado, a perspectiva europeia que a concebia como uma crise interna da linguística (Brandão, 2004, p. 14). A visão europeia premeiava a ideia de dissociação da teoria da análise do discurso com a linguística. Daí que para a autora, a perspectiva americana justifica-se, dado que nela se consideram frase e texto como elementos isomórficos e se diferenciam apenas pelo grau de complexidade (*op. cit.*).

Fonseca (1992) assegura que todo o discurso é, regra geral, iniciado por uma situação enunciativa que se organiza em torno das coordenadas *Eu-Tu/Aqui/Agora* (Fonseca, 1992, p. 315). De acordo com o autor, o *Eu* enunciativo ou locutor e o *Tu*, o alocutário/destinatário, a quem o locutor se dirige, confluem para a representação da coordenada enunciativa *Aqui*, enquanto situação de interação. O autor afirma ainda que, as referidas coordenadas integram um conjunto de saberes partilhados, desde a *competência enciclopédica* que preside à produção e à recepção e interpretação do discurso, a qual permite ativar o sistema de referências e de avaliações explícitas e implícitas, que vai sendo construído (Fonseca, 1992, p. 316).

O posicionamento do autor evidencia que não pode haver um discurso sem que haja um sujeito falante (locutor) e sem um sujeito ouvinte (alocutário), ao mesmo tempo que não há discurso sem um contexto e sem um espaço. Nesta perspectiva, Célia Barbeiro (2017), referenciando (Maingueneau, 1991), afirma que a Análise do Discurso institui o princípio da inseparabilidade entre o discurso e o quadro social da sua produção. Isso quer dizer que um discurso será válido para o alocutário, quando este constituir o meio de conexão entre o locutor e o ouvinte. Todavia, a posição dos autores parece corroborar com a perspectiva de Orlandi, segundo a qual “não há análise de discurso sem a mediação teórica que tem a função de articular a intermitência entre descrição e interpretação, constituindo o processo de compreensão do analista.” (Orlandi 2009 *apud* Borges et al., 2021).

Para Barbeiro (2017) essas coordenadas ao integrarem a competência enciclopédica permitem a convocação da *doxa*, enquanto conjunto de crenças e saberes de uma mesma comunidade linguística e cultural, fundamental, no quadro do cálculo probabilístico das implicaturas conversacionais, (Barbeiro, 2017, p. 12).

Conforme assinalado no início, as implicaturas conversacionais, em um discurso político, constituem o foco do presente trabalho. Deste modo, não se pode falar em implicaturas sem pensarmos na pragmática ou na linguística no uso e na Sociolinguística interacional, na medida em que, uma olha para as relações entre o significado linguístico e o contexto e a outra estuda a linguagem como uma atividade social e interativa. Neste sentido, (Fonseca, 1992), visando a linguística no uso, entende o discurso como uma “unidade contextualizada quer num plano horizontal, em relação ao contexto, quer num plano vertical, em relação à intenção comunicativa global, que preside à produção discursiva e, portanto, também à situação de comunicação” (Fonseca, 1992, p. 248). Com efeito, o autor considera que a *competência de comunicação* é constituída pelo estudo,

não só da competência linguística, mas também pela análise do universo de saberes e crenças que correspondem os princípios de ordem psicológica, cognitiva, cultural e comunicativa (op. cit.).

No confronto entre o implícito e o explícito ressalta-se a teoria de Grice (1975), relativamente a relação entre as expressões. Se por um lado, está o significado atribuído pelo falante, por outro lado, o significado baseado nas implicações da enunciação. Segundo Galvão (2007), a implicatura reflete a noção fundamental que está diretamente relacionada com a recuperação dos elementos implícitos da comunicação. Na perspectiva do autor, na criação das implicaturas na mente do enunciatário a *doxa* afigura-se fundamental por constituir um conhecimento enciclopédico (cf. Galvão, 2007). Ou seja, o conhecimento que o falante tem sobre o mundo desempenha um papel relevante para a recuperação dos implícitos, considerando que o conhecimento de elementos situacionais permite o preenchimento de “falhas” na comunicação, por meio de pressuposições, implicações, alusões, insinuações e dos subentendidos (cf. op.cit.).

Como afirma Grice “Nossas trocas de conversas normalmente não consistem em uma sucessão de comentários desconexos e não seriam racionais se o fizessem”¹ (tradução livre), (Grice, 1975, p.1). O autor defende a ideia de que, as trocas de conversas entre o locutor e o ouvinte são fruto de esforço de cooperação². Fica claro que para compreender a mensagem é necessário que se conheça o contexto, tendo em conta os vários fatores situacionais que implicam a comunicação. Dito de outro modo, o conhecimento do mundo que o alocutário tem, permite-lhe atribuir coerência³ a informação que recebe. Neste particular, o autor propõe o **princípio de cooperação**, baseado essencialmente na presunção, em que os participantes de uma conversa presumem que os outros estão a contribuir de maneira relevante e informativa para o andamento do diálogo, (Grice, 1975, pp. 45-47). Importa referir que esse princípio está subdividido em quatro **máximas conversacionais**, nomeadamente: quantidade, qualidade, relevância e modo. De notar que, **quando essas máximas são violadas intencionalmente sugerem os implícitos conversacionais**. Ou seja, os implícitos conversacionais ocorrem quando se viola as máximas conversacionais. No discurso político selecionado de Botha, esses implícitos são particularmente relevantes, na medida

¹ “Our talk exchanges do not normally consist of a succession of disconnected remarks, and would not be rational if they did.” Grice (1975, p.1)

² Ver Grice (1975, p. 45)

³ A respeito de coerência ver entre outros autores (Fonseca, 1992, Halliday e Hassan, 1976, Adam, 2022).

em que, a aplicação da teoria de Grice permite identificar momentos em que Botha rompe com a probabilidade de cooperação comunicativa, proposto por (Grice, 1975), para inserir mensagens indiretas e ideologicamente carregadas, o que revela o funcionamento estratégico da linguagem no campo político. Essas estratégias funcionam como mecanismos de dissimular ideologias e, contribuem para a naturalização da opressão e consequentemente para a manutenção simbólica do poder.

Segundo Barbeiro (2017), quando dialogamos/conversamos, o sentido do que é dito não depende apenas do significado das palavras, dependem também de diversos fatores que, naturalmente, vão interferindo na conversa (cf. Barbeiro, 2017, pp. 12-13). A autora aponta para fatores como: identidade dos locutores, suas intenções comunicativas, a relação que estabelecem entre si e com o estado de coisas denotado pelas palavras, com o tempo e o lugar da enunciação e com um conjunto de regras e princípios conversacionais que regem a comunicação. De acordo com a autora citada, nas trocas conversacionais, os interlocutores deverão partilhar as mesmas crenças e saberes prévios ao momento da enunciação, com base nos quais se criam expectativas e representações para a compreensão e interpretação de qualquer ato comunicativo, (op. cit.).

Fairclough (2001), na sua obra "**Language and Power**", **argumenta que o discurso** é um instrumento fundamental de **poder social**. O autor mostra como a linguagem contribui para a **reprodução das desigualdades sociais** e das relações de dominação em contextos institucionais e em ambientes de trabalho, ao afirmar que "O discurso contribui para a construção de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença." (Fairclough, 2001, p. 18). E prossegue dizendo que "A linguagem é uma forma material de ideologia, ela é investida pela ideologia." (Fairclough, 2001, p. 73). Isto sugere que, sendo os discursos uma prática social que produzem e reproduzem relações de poder, a sua análise deve considerar não apenas os elementos linguísticos intrínsecos a linguagem, nomeadamente: o vocabulário, estruturas frásicas, entre outros, mas também o modo como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em contextos específicos, (op. cit.).

Em síntese, Fairclough (2001) procura demonstrar como a linguagem é um instrumento de poder nas sociedades modernas, por isso propõe, para análise discursiva, uma perspectiva metodológica tridimensional⁴.

⁴ 1. **Texto**: análise linguística baseada no vocabulário, na gramática e na estrutura textual;
2. **Prática discursiva**: centrada nos processos de produção e interpretação do texto;

Para Van Dijk (2008) os discursos não refletem apenas estruturas sociais, mas também contribuem ativamente para a reprodução de ideologias dominantes (Van Dijk, 2008, p. 113), especialmente em contextos de desigualdade. O argumento do autor fundamenta-se na sua tese sobre a teoria de **modelos mentais, nomeadamente**, as representações cognitivas que os indivíduos constroem a partir de suas experiências, as quais são influenciadas pelas práticas discursivas. É nesta perspectiva, que o discurso mantém uma íntima relação com a cognição e com o poder. Ele demonstra que **o discurso é um veículo poderoso de ideologias**, muitas vezes invisíveis, porém bastante eficaz na manutenção de estruturas de poder. Deste modo, o autor descreve várias estratégias discursivas⁵ utilizadas para reforçar ou reproduzir ideologias, desde: a Ênfase positiva sobre o próprio grupo ("ingroup"), a Ênfase negativa sobre o grupo externo ("outgroup"), as Generalizações seletivas, o Uso de eufemismos ou hipérboles, Amplificação e distorção, (Van Dijk, 2008). Considerando as três dimensões propostas por (Fairclough, 2001) para Análise de Discurso, tendo por base o objetivo geral proposto, entende-se que a terceira dimensão encontra acolhimento neste trabalho.



3. Aspetos metodológicos

Nesta seção apresenta-se de forma breve e sucinta a perspectiva metodológica adotada para a elaboração deste artigo. Qualquer pesquisa que se quer científica caracteriza-se por usar conceitos, teorias, técnicas e instrumentos, com o fim último de dar resposta as interrogações e/ou problemas que vão surgindo ao longo da pesquisa (Reis, 2010, p. 57). Deste modo, o presente trabalho adotou uma metodologia baseada em consulta bibliográfica (Marconi & Lakatos, 2003, Freixo, 2011), por permitir adotar uma abordagem qualitativa e interpretativa, procurando averiguar a analogia e as diferenças entre os elementos de uma estrutura a analisar.

O *corpus* da pesquisa foi constituído pelo discurso oficial de Pieter W. Botha proferido em 1985, durante o período em que atuou como presidente da África do Sul, no qual evidencia à manutenção do regime do apartheid, à ordem social e à política de reformas graduais. O texto foi coletado online disponível em vários sites na internet. Para sua seleção pesou a sua relevância política e fundamentalmente a presença de recursos linguísticos necessários a análise do discurso, como os implícitos conversacionais, além

3. Prática social: contexto mais amplo, o qual inclui estruturas de poder e dominação social.

⁵ Para melhor compreensão sobre estratégias discursivas ver (Van Dijk, 2008, p. 113-125).

da acessibilidade ao documento. A análise realizada baseou-se, fundamentalmente, na pragmática linguística, com enfoque na perspectiva de (Grice, 1975).

A efetivação da análise foi feita por meio de trechos de falas retirados no discurso selecionado e a partir dos quais fez-se generalizações, através das quais procurou-se compreender que estratégias discursivas Botha utilizava nos seus discursos para a manutenção das suas ideologias e do poder.

4. Implicaturas conversacionais e a análise do discurso de Pieter W. Botha (1985)

A teoria das implicaturas conversacionais, desenvolvida por (Grice, 1975), insere-se no campo da pragmática e trata da relação entre o que é dito explicitamente e o que é inferido pelos interlocutores a partir do contexto e do conhecimento partilhado. O autor entende que no uso corrente da linguagem natural regista-se inúmeras regras que não são regras lógicas, já que dependem da inferência do alocutário, relativamente a um ato comunicativo. Dito de outro modo, depende de regras idealizadas, baseadas no conhecimento do mundo do alocutário. Por sua vez em John Searle (1965) sustenta-se a ideia de que numa situação de comunicação que envolve um falante e um ouvinte, ocorrem vários tipos de atos de fala⁶ associados ao enunciado do falante (cf. John Searle, 1965, p. 1). Isso significa dizer que em qualquer ato de fala, espera-se sempre que o mesmo produza efeito desejado no alocutário. É o que ocorre com os discursos, quer sejam ideológicos, religiosos ou políticos, este último que constitui o foco da nossa abordagem, como se pode constatar na secção, abaixo, nos diferentes trechos, onde se propõe a análise.

Grice (1975) no seu trabalho intitulado “*Logic and Conversation*”, apresenta a seguinte situação comunicativa:

“Suponha que A e B estão a falar de um amigo comum, C, que agora trabalha num banco. A pergunta a B como é que C se está a dar no seu trabalho, e B responde: Oh muito bem, acho eu; ele gosta dos colegas, e ainda não foi para a prisão⁷.”

Da alocução do sujeito B, ao ironizar que “... *Oh muito bem, acho eu; ele gosta dos colegas, e ainda não foi para a prisão*.”, insinua que o sujeito C, não faz nada mais senão gostar apenas dos seus colegas. Porém, o sujeito A ao perguntar ao B, esperava possivelmente uma resposta que desse conta do desempenho profissional do sujeito C, no

⁶ Para a noção de ato de fala ver Austin (1962) e Searle (1975).

⁷ *Suppose that A and B are talking about a mutual friend, C, who now working in a bank. A asks B how C is getting on in his job, and B replies, Oh quite well, I think; he likes his colleagues, and he hasn't been to prison yet.*”

seu novo emprego. A ironia do sujeito B sugere também que o sujeito C não percebe nada do seu trabalho. Por outro lado, o sujeito B ao dizer que “... e ainda não foi para a prisão.”, insinua que o sujeito C é potencialmente desonesto, portanto não é confiável.

O recurso a ironia e a insinuação conduz à violação das máximas conversacionais, na medida em que, o falante tem como intenção produzir um significado diferente do que é meramente literal, (Grice, 1975). É o que ocorre com a resposta do sujeito B ao responder a pergunta do sujeito A. Esse exemplo encaixa-se perfeitamente no discurso de Botha, dado que o mesmo apresenta vários implícitos ao longo do seu texto, como se pode constatar nos trechos a seguir.

4.1. Discussão dos dados

Na presente secção faz-se a apresentação e a discussão dos dados, baseados nos trechos de falas selecionados a partir do discurso de Botha. De notar que, por formas a corresponder aos objectivos definidos, seguiu-se a perspectiva de análise previamente definida, baseada nas implicaturas conversacionais de (Grice, 1975). Deste modo, apresenta-se a seguir o corpus a analisar.

Trecho nº 1

"Senhores, estimados compatriotas, Pretória foi erguida pela mente branca para o homem branco".

De acordo com a literatura, (cf. Inês s/d, p. 294) os discursos políticos utilizam com frequência palavras que implicam um sentido que não é explicitamente dito, mas que facilmente se pode deduzir aquilo que é dito e que está contido no sentido convecional das palavras usadas. É o que sucede no primeiro trecho. Se por um lado infere-se, neste trecho, que os não brancos não contribuíram em nada na construção de Pretória, por outro lado, pode se inferir que os não brancos, portanto os negros, não pertencem a cidade. Há no enunciado uma carga simbólica, ideológica e racial muito forte. O falante sugere que a contribuição dos negros foi irrelevante ou nula, ao deixar de mencioná-los. Nota-se que o locutor pretende reforçar uma ideia de mundo, segundo a qual só a população branca é civilizada. O recurso às expressões “homem branco” e “mente branca” pretende mobilizar ou unificar uma audiência branca, sob um discurso de autoridade, supremacia e de exclusividade. Dito de outro modo, tais expressões carregam consigo uma ideia de intelectualidade e civilização exclusiva do homem branco, o que gera uma implicatura ideológica – apenas o homem branco seria capaz de construir e

merecer do usufruto da cidade. Entretanto, a frase é apenas relevante dentro de um discurso que pretende reforçar uma identidade racial específica.

Trecho nº 2

“Se Deus nos quisesse iguais aos pretos, criava-nos a todos de uma única cor e de um intelecto uniforme. Mas criou-nos diferentemente: brancos, pretos, amarelos, governantes e governados.”

Como afirma Duarte, as implicaturas não-conversacionais não dependem do que é dito, mas sim do contexto enunciativo (Duarte, s/d, p. 292), na medida em que as pressuposições e outros implícitos são estratégias discursivas utilizadas pelo locutor para de forma direta ou indireta impor determinadas ideias ou opiniões ao seu alocutário (op. cit.). Como foi já sublinhado acima, a linguagem não serve apenas para comunicar informações, ela é, no entanto, um instrumento poderoso para transmitir valores, ideologias e crenças. O trecho 2 aqui retomado: *“Se Deus nos quisesse iguais aos pretos, criava-nos a todos de uma única cor e de um intelecto uniforme. Mas criou-nos diferentemente: brancos, pretos, amarelos, governantes e governados.”*, é exemplo disso. Percebe-se nele um discurso que visa legitimar as desigualdades raciais e sociais como parte de um plano divino. Há uma suposição de que Deus teria criado diferentes raças com capacidades intelectuais distintas. A suposição do locutor viola a máxima da qualidade, gerando implícitos que atribuem à vontade de divina a origem da hierarquia racial. Ao apelar para valores religiosos e para a naturalização das diferenças, Botha procura justificar ideologicamente uma hierarquia racial e social.

Todavia, no enunciado *“Mas criou-nos diferentemente: brancos, pretos, amarelos, governantes e governados.”*, implica que os papéis sociais “governante” e “governado” são determinados por uma força maior, não deve ser questionado, implicando que, o homem branco deve governar o homem negro ou que o homem negro não é capaz de governar-se por si próprio. Finalmente, o recurso às expressões “pretos”, “amarelos” e “governados” não é inocente, contudo. É uma escolha intencional e estereotipada, que visa estimular um efeito ideológico sobre o alocutário.

No trecho 3, abaixo, denota-se uma clara polarização ideológica, (cf. Van Dijk, 2008) do “nós” e “eles”. Nós que é representado pelo governo e seus apoiantes, como guardiãs da “pátria” e da “ordem”; enquanto “eles” representado por “elementos teoricamente subversivos”, despersonalizados e deslegitimados. Essa construção contribui para o reforço do esquema cognitivo de medo e ameaça, justificando a repressão como necessidade de proteção nacional. No trecho 3 em análise, o recurso a hipérbole na

expressão “mil e uma maneiras” viola a máxima da qualidade. Entretanto, do ponto de visto do discurso evidencia uma estratégia de reafirmação ideológica, ao intensificar e repetir a ideia de superioridade.

Trecho 3

“Não somos obrigados a provar a qualquer um nem aos pretos que nós somos um povo superior. Já demonstramos de mil e uma maneiras.”

Trecho 4

“Eu acredito que o afrikaner é honesto e pessoa temente a Deus, que demonstrou praticamente a melhor forma de estar. Não obstante é confortável saber que nos bastidores, a Europa, o Canada, a Austrália e todos os outros dizem através de nós o que pensam.”

Trecho 5

“Eu estou simplesmente a tentar provar a todos que não há nada incomum no que estamos a fazer – diferente do que o mundo chamado civilizado está a fazer.”

Assim, por exemplo, para a compreensão das insinuações (cf. trecho 3 e 4), da ironia “o mundo chamado civilizado”, eufemismo “o que estamos a fazer” e dos subentendidos (cf. trecho 5), além do que é dito pelo locutor, exige que o alocutário faça inferências. Assim, no trecho 4, o locutor por meio do ato de fala leva o seu alocutário a fazer inferência. Por exemplo, tendo em conta a afirmação categórica presente em “*Eu acredito que o afrikaner é honesto e pessoa temente a Deus,...*”, o locutor insinua que o homem negro não é temente a Deus, logo, não é honesto; ao mesmo tempo ele leva o alocutário a inferir a insuação de que o afrikaner é apenas o porta-voz do resto do mundo, quando cita a Europa, o Canada e a Austrália. A partir desta citação que o locutor faz, pode se inferir que estes outros (Europa, Canada, Austrália) entre outros países, considerados civilizados, fazem exatamente a mesma coisa, porém fingem que não discriminam o homem negro, e por isso não verbalizam.

Note-se que a inferência ocorre quando o que é dito não é explícito, ou seja, é dito de forma indireta. Em síntese, no trecho 4 evidencia-se uma estratégia linguística com recurso a implicaturas conversacionais, que se revelam como uma crítica implícita ao julgamento moral àquilo que as outras sociedades praticam. Genericamente, o discurso de Botha é marcadamente ideológica e racista, tal como se pode inferir nos trechos a seguir:

Trecho 6

“Só para provar o meu ponto de vista, camaradas, quem de vocês conhece um país branco que não tenha um investimento ou interesse na África do Sul? Quem compra

o nosso ouro? Quem compra os nossos diamantes? Quem negocia connosco? Quem nos está a ajudar a desenvolver outra arma nuclear? A maior verdade é que nós somos o seu povo e eles são o nosso povo.”

Trecho 7

“A força da nossa economia é suportada pela América, Grã-Bretanha, Alemanha, etc. É a nossa forte convicção, conseqüentemente, que o preto é matéria-prima para o homem branco. Assim irmãos e irmãs, juntem as mãos e lutemos contra este diabo preto.”

Trecho 8

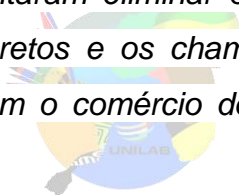
“Eu apelo a todos os afrikaners a saírem com meios criativos para travar esta guerra. Certamente Deus não pode condenar o seu próprio povo que somos nós. Porque agora cada um de nós tem visto praticamente que os pretos não podem se governar.”

Trecho 9

“Certamente Deus não pode condenar o seu próprio povo que somos nós. Porque agora cada um de nós tem visto praticamente que os pretos não se podem governar.”

Trecho 10

“Foram os afrikaners que tentaram eliminar os aborígenes Australianos? São os afrikaners que descriminaram os pretos e os chamados Niggers nos Estado Unidos? Foram os afrikaners que começaram o comércio de escravos? Onde é que o homem preto é apreciado?”



Em Austin (1962) reconhece-se que a fala quotidiana é imperfeita e incompleta, por haver muitos elementos implícitos na comunicação que devem ser considerados, como são os casos dos performativos implícitos. Nesta perspectiva, Galvão (2007) afirma que o principal desafio para uma abordagem mais metódica e sistemática da linguagem passa a ser, como dar conta destes elementos implícitos.

Da análise ao discurso de Botha, denota-se o recurso constante e sistemático a insinuação, tal como se pode notar no trecho 6, o qual se retoma aqui *“Só para provar o meu ponto de vista, camaradas, quem de vocês conhece um país branco que não tenha um investimento ou interesse na África do Sul? Quem compra o nosso ouro? Quem compra os nossos diamantes? Quem negocia connosco? Quem nos está a ajudar a desenvolver outra arma nuclear? A maior verdade é que nós somos o seu povo e eles são o nosso povo.”*. Neste enunciado, Botha insinua que o homem branco não precisa do homem negro, senão como matéria-prima, (ver trecho 7), em que o autor recorre a implicação para convencer o seu alocutário, no sentido em que o negro, na perspectiva do autor, não tem investimento na África do Sul, e nem compra nada na África do Sul, muito

menos consegue desenvolver armas nucleares. Embora não dito de forma explícita, porém o locutor sugere, insinuando que a superioridade branca é algo natural, pelo que os ouvintes devem adotar a sua visão e unirem-se contra o homem negro.

A mesma insinuação evidencia-se também na seguinte enunciação: *“Consequentemente que o homem branco é criado para governar o homem preto. Vamos só pensar no que aconteceria se um dia vocês acordassem com um “Kaffr” sentado no trono?”* A partir desta insinuação o alocutário pode, ainda, fazer a inferência de que não se pode permitir que um homem negro governe sobre os brancos nem sobre ele mesmo (cf. trecho 9), portanto essa função é legitimamente do homem branco.

No geral, o discurso de Pieter W. Botha, considerando a sua estratégia discursiva, com recurso aos implícitos conversacionais, recorrendo frequentemente a insinuações, ironia e a subentendidos, por exemplo, é tendencialmente violento e xenofóbico, na medida em que cada alocutário pode fazer inferência a cada ato de fala do seu discurso e levar a tomada de posições extremistas na maneira de agir e de se comportar perante o homem negro, o que justifica, possivelmente o clima tenso da época. Assim, por exemplo, em *“Eu apelo a todos os afrikaners a saírem com meios criativos para travar esta guerra.”*, (trecho 8), a força ilucotória dos verbos APELAR, SAIR e TRAVAR, pode ser interpretada como uma declaração de guerra ao homem negro, já que supostamente representava perigo para os afrikaners. Em *“... com os meios criativos...”* permite inferir que qualquer instrumento que o afrikaner tiver em posse pode ser usado para aniquilar o homem negro. Neste ato de fala parece evidente o comportamento xenófobo de quem profere o referido ato de fala.

E em *“Certamente Deus não pode condenar o seu próprio povo que somos nós. Porque agora cada um de nós tem visto praticamente que os pretos não se podem governar.”*, se por um lado, o autor insinua que o homem branco é o único ser criado por Deus, o que implica que o homem negro não é povo de Deus, portanto não é criação dele, logo, pode ser eliminado, por outro lado, insinua que qualquer ação deste sobre o homem negro não é condenável.

Todavia, o locutor vinca a sua convicção com recurso ao subentendido, ou seja, como quem diz: já disse tudo e não tenho mais nada a dizer. Confronte-se o trecho 10, retomado a seguir:

“Foram os afrikaners que tentaram eliminar os aborígenes australianos? São os afrikaners que discriminaram os pretos e os chamados Niggers nos Estado Unidos? Foram os afrikaners que começaram o comércio de escravos? Onde é que o homem preto é apreciado?”

Embora pareçam ser meras perguntas, não são, pois é possível, nelas, inferir a intenção subjacente. É possível subentender a intenção comunicativa do locutor, tanto na primeira, quanto na segunda pergunta, na qual se pode inferir que o comércio de escravos não começou com os afrikaners. Portanto, o autor subentende a verdadeira intenção comunicativa, deixando de forma propositada a inferência para o alocutário. Nele o locutor procura persuadir o seu ouvinte, recorrendo a várias estratégias comunicativas. Na terceira pergunta ao sugerir que em nenhum lugar o home preto é amado, viola a máxima da quantidade, tendo em conta a ausência de uma resposta objetiva. Tendo por base a perspectiva de (Grice, 1975) sobre as implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas, parece-nos haver nas perguntas do locutor uma implicação generalizada. O locutor faz, ainda, recurso a alusão quando afirma: “*A Inglaterra discrimina os seus pretos e a sua lei também os discrimina*”.

Da alusão feita à Inglaterra e a sua lei, o autor procura com este argumento credibilizar o seu discurso. E nas perguntas “*Porquê tanto barulho por nossa causa? Porque nos condenam?*”, pode-se implicitamente entender que a África do Sul não é o único país, muito menos o primeiro, a discriminar o negro. As afirmações “*A Inglaterra discrimina os seus pretos e a sua lei também os discrimina*” e “*Eu estou simplesmente a tentar provar a todos que não há nada incomum no que estamos a fazer – diferente do que o mundo chamado civilizado está a fazer.*”, provocam no alocutário implícitos, podendo entender como insinuação, i.e., o alocutário infere que o seu locutor estará a agir igual aos outros países, por isso, não há nenhum mal, não é condenável discriminar o homem negro. Note-se que as perguntas de Botha não buscam uma resposta objetiva, porém permitem inferir a expressão de um sentimento de invisibilidade, além de permitir inferir uma carga implícita de ideia acusatória nela e de uma crítica global.

Searle (1965) argumenta que, “os dispositivos indicadores de função incluem a ordem das palavras, a ênfase, o contorno da entonação, a pontuação, o modo do verbo e, finalmente, um conjunto dos chamados verbos performativos (...)”, no sentido em que esses permitem iniciar um determinado ato ilocutório. Os argumentos do autor podem encontrar acolhimento no trecho 11, em que a força do verbo “PARECER” e “AGIR” é fundamental para se inferir o sentido implícito:

Trecho 11

“O facto dos negros parecerem como seres humanos e agir como seres humanos não lhes faz necessariamente sensíveis seres humanos. O porco não é porco espinho e o lagarto não é crocodilo simplesmente porque são idênticos.”

A partir deste enunciado e, tendo em atenção a força dos verbos “PARECER” e “AGIR”, evidencia-se claramente a insinuação que o autor faz. Dito de outro modo, Botha insinua que, não obstante o homem negro apresentar traços fisionómicos iguais ou semelhantes ao ser humano, não é, portanto, humano, logo, não merece consideração nem respeito; no sentido em que, e de acordo com a lógica de raciocínio do locutor, só o homem branco é humano. A metáfora *“O porco não é porco espinho e o lagarto não é crocodilo simplesmente porque são idênticos.”*, é disso exemplo.

Em síntese, nota-se o recurso do autor a categoria quantidade referida por (Kent, citado por Grice 1975), sustentada por duas máximas. A primeira refere que: “faça a sua contribuição tão informativa quanto necessária, tendo em conta os propósitos atuais do intercâmbio”. A segunda diz que: “não faça a sua contribuição mais informativa do que o necessário.” O discurso de Pieter W. Botha enquadra-se melhor na segunda máxima, considerando as várias estratégias de comunicação que o locutor adota para persuadir o seu alocutário.



Conclusão

Em síntese, estudar as estratégias discursivas e as implicaturas usadas no discurso de Botha permitiu compreender como o poder do Estado sul-africano era exercido, não apenas por meio de leis e repressão, mas também pela astúcia discursiva, pela linguagem cuidadosamente utilizada para naturalizar a exclusão e a violência institucional. Contudo, conclui-se que a análise feita ao discurso político selecionado, à luz das teorias de Grice, Van Dijk e Fairclough, revelou que a linguagem desempenhou um papel central na sustentação ideológica do regime do apartheid. Por meio de implicaturas conversacionais, insinuações, ironias, eufemismos e omissões estratégicas. Botha construiu enunciados que ocultavam a violência institucional, ao mesmo tempo em que legitimavam a repressão e a exclusão racial.

Deste modo, a perspectiva pragmática adotada permitiu identificar como a quebra deliberada das máximas conversacionais contribuiu para gerar os sentidos implícitos no discurso de Botha, que serviam aos interesses do poder. Por outro lado, possibilitou uma leitura integrada entre texto, prática discursiva e prática social, revelando como o discurso de Pieter Willem Botha operava na manutenção do *status quo* sob a aparência de

racionalidade e equilíbrio. Portanto, este trabalho procura reforçar a importância de uma leitura crítica da linguagem em discursos políticos e destaca a necessidade de se compreender os discursos, não apenas como formas de expressão, mas também como instrumentos de ação e/ou coação social com efeitos materiais e simbólicos concretos.

Referências

ADAM, J. M. **A noção de texto**. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luís Passeggi. Natal, RN: EDUFRRN, 2022.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford University Press, Amen House, London, E.C.4, 1962.

BARBEIRO, C. L. M. J. P. **As práticas discursivas nas interações verbais em contexto pedagógico: contributos da sociolinguística interacional para o estudo do discurso na aula de Português**. Tese (Doutorado) – Universidade Aberta, 2017.

Disponível em:

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6691/1/As%20Pra%cc%81ticas%20Discursivas%20nas%20Intera%cc%81%77%20b5es%20Verbais%20em%20Contexto%20Pedag%cc%81%77%20gico.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BORGES, J. R. A.; OLIVEIRA, G. S. de; MASSA, N. P. Análise do discurso na pesquisa em educação: possibilidades e limites. *Caderno da Fucamp*, v. 20, n. 48, p. 65–76, 2021.

BOTHA, P. W. **Discurso de 1985**. Disponível em: <http://mpla-no-coracao.blogspot.com/2011/12/politica-racismo-em-africa-o-mais.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. ver. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Atlas, 2004.

DUARTE, I. M. **Falar claro a mentir**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto (Unidade I&D 22/94).

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2nd ed. Harlow: Longman, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49551220_Language_and_Power. Acesso em: [data de acesso].

FONSECA, J. **Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação**. 1. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1992.

FREIXO, M. J. V. **Metodologia científica – fundamentos, métodos e técnicas**. [S.l.]: [s.n.], 2011.

GALLAND, A. **As mil e uma noites**. Tradução de Alberto Diniz. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

GALVÃO, M. **Atos de fala indiretos e implicaturas conversacionais**. 2007. Disponível em:

https://www.academia.edu/42733938/Atos_de_fala_indiretos_e_implicaturas_conversacionais. Acesso em: 30 jan. 2024.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Ed.). *Syntax and semantics*, v. 3: *Speech acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41–58.

GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JOHN, S. What is a speech act? In: BLACK, M. (Ed.). *Philosophy in America*. London: Allen and Unwin, 1965. p. 221–239.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora UnB, 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.7476/9788523013370>.

MARCONI, M. A. DE; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem., 1996. Disponível em:

https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

REIS, F. L. DOS. **Como elaborar uma dissertação de mestrado**. 3. ed. Lisboa: Lidel; Instituto Piaget, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Trad. A. Nascimento. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. **Ideologia e discurso**. Trad. A. Nascimento. São Paulo: Contexto, 2003.

Recebido em: 12/06/2025

Aceito em: 22/06/2025

Para citar este texto (ABNT): AURÉLIO, Agostinho Adão. O poder da palavra e implícitos conversacionais no discurso político de Pieter W. Botha. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde (BA), v. 5, n. 1, p. 241-259, jan./jun. 2025.

Para citar este texto (APA): Aurélio, Agostinho Adão (jan./jun.2025). O poder da palavra e implícitos conversacionais no discurso político de Pieter W. Botha. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, 5(1), 241-259